

ESTADO DE ALERTA!

Serviço público brasileiro nunca esteve tão ameaçado

O alvo é claro: não somos apenas nós, trabalhadores e trabalhadoras, mas uma **população** inteira. Será ela a maior prejudicada com o aprofundamento das medidas neoliberais que ameaçam e **impactam a oferta dos serviços públicos no Brasil**. Quem precisa acessar a saúde, a educação pública e outros serviços essenciais se vê diante de um cenário assombroso – reformas e Propostas de Emenda à Constituição (PECs) que tramitam a todo instante pelos poderes Executivo e Legislativo. E que modificam regras do funcionalismo público promovendo um grande ataque às políticas sociais estabelecidas na Constituição Brasileira.

Educação, saúde, ciência e tecnologia vêm sendo violentadas de forma irracional – sofrerão perdas graves com a aprovação das **PECs 186, 187 e 188** encaminhadas pelo antipresidente Jair Bolsonaro ao Senado. São cortes orçamentários; reduções de jornada e de salários de servidores em até 25%; fim da vinculação dos recursos financeiros para a saúde e educação, de forma independente; desobrigação da expansão da rede pública de educação pelos entes federados; revogação de todos os fundos estabelecidos na legislação infraconstitucional, dentre eles aqueles que estabelecem recursos específicos para serem aplicados na ciência e tecnologia. E outros tantos.

São PECs e tentativas de reformas que dialogam entre si no sentido de fazer avançar o projeto neoliberal que visa barrar a democratização econômica e

política da sociedade brasileira. Uma **reforma administrativa** já anunciada pelo governo Bolsonaro também levanta preocupações e críticas. Sob a desculpa de “acabar com privilégios”, ela é direcionada à redução de direitos dos servidores. Prevê o fim dos concursos públicos, aumenta o tempo de estágio probatório, cria regras facilitadas de dispensa, modifica promoção na carreira pública e reajuste de remuneração. E vem sendo defendida sem a devida e ampla discussão com quem faz de fato o estado brasileiro andar, que são os servidores públicos.

Somos responsáveis por garantir, com eficiência e qualidade, a implementação de políticas públicas e a prestação de serviços públicos indispensáveis para assistir a população brasileira. Somos essenciais na contribuição para reforçar a coesão social, a distribuição de renda e a soberania nacional. **Valorizar o serviço público** significa preservar a capacidade do Estado em intervir para combater a desigualdade social, prevenir tragédias e proteger a população.

O caminho único e urgente é a **mobilização**. É a união não apenas com todas as categorias funcionais que estão na mira desses ataques, mas com a sociedade civil organizada e a Frente Parlamentar Mista do Serviço Público, relançada recentemente. O que está em jogo são os serviços cuja existência é condição da cidadania. Assim como a qualidade destes. E não podemos abrir mão disso.

Pela valorização dos servidores públicos e contra as privatizações



Reposição das perdas salariais do período 2010-2019 e preservação do poder de compra

- Reposição de 15,9% equivalentes à defasagem salarial de julho de 2010 a dezembro de 2019 para os setores que, em 2015, assinaram acordos de reposição em quatro parcelas (5,5% em agosto de 2016, 6,98% em janeiro de 2017, 6,64% em janeiro de 2018 e 6,31% em janeiro de 2019)



Isonomia de benefícios e paridade ativo-aposentado-pensionista

- Aplicação do valor de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) per capita da União para a manutenção de plano de saúde dos servidores Paridade salarial entre ativos, aposentados e pensionistas
- Isonomia salarial e de todos os benefícios entre os Poderes

Valorização do serviço público e dos direitos trabalhistas



- Retirada das PECs 186, 187 e 188 apresentadas em novembro de 2019
- Criação de novas vagas para concursos públicos pelo Regime Jurídico Único (RJU) e reposição imediata de cargos vagos por exoneração, falecimento ou aposentadoria
- Fim dos cortes no orçamento federal e ampliação do financiamento público para qualificação dos serviços e servidores públicos
- Revogação da EC 95/2016
- Manutenção da estabilidade dos servidores públicos
- Fim da privatização no serviço público
- Garantia plena da licença capacitação do servidor público



Liberdade de organização e manifestação

Direito irrestrito de greve e negociação coletiva no serviço público, com base na Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)



IRPF

Correção da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) em 103,87%, referente a defasagem calculada pela inflação acumulada no período de 1996 a 2019, conforme estudos do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Sindifisco)